

Luís Carlos Afonso
1 TDC 3644

CERCIFEIRA
Cooperativa para a Educação e Reabilitação
De Cidadãos Inadaptados da Feira, CRL
Rua Dr. Santos Carneiro, 4
4520-201 Santa Maria da Feira
Tel.: 256 374 472 - Fax: 256 375 405
Contribuinte n.º 501 095 535



Entidade certificada



Assurance
in Social Services

Assembleia Geral

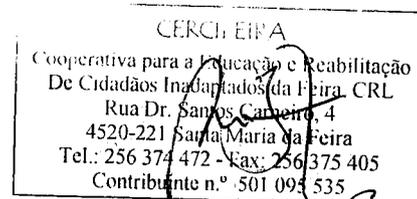
Santa Maria da Feira 27 de março de 2018

Índice

1. Nota Introdutória.....	3
2. Políticas.....	4
3. Caracterização das respostas sociais.....	11
4. Monitorização e Medição	12
5. Relatório de Desempenho das Valências relativas a 2017.....	13
6. Avaliação da Satisfação das Partes Interessadas.....	14
7. Contas do Exercício 2017	18

Anexo 1 Resultados Plano de Atividades 2017

Tr. Carlos Afonso
TDC 3644



1. Nota Introdutória

Estamos a finalizar o quadriénio 2014 – 2017, e, como tal, fazemos aqui uma análise mais pertinente das contas relativo a este período.

Assim, o ano de 2014, terminou com um saldo positivo de 3.017 euros, os seguintes foram negativos. O ano de 2015 e 2016, com saldos negativos de 66.171 euros e 53.894 euros, respetivamente. A finalizar o ano de 2017 obteve um saldo positivo de 1.769,37 euros.

Em relação ao Balanço da Instituição obteve os seguintes resultados. O ano de 2014 o ativo estava em 1.707.292 euros, em 2017, baixou para 1.385.977 euros, um decréscimo de 19 por cento. O passivo em 2014 registava o valor de 251.975 euros, em 2017, regista o valor de 89.907 euros, um decréscimo de 64 por cento.

A demonstração de resultados obteve os seguintes valores. Se em 2014 registava um valor de 1.755.494 euros em 2017 registou o valor de 1.966.741 euros, em relação aos gastos da Instituição. Por outro lado, os rendimentos foram os seguintes, em 2014 registou o valor de 1.758.511 euros, enquanto em 2017 regista o valor de 1.768.510 euros.

Se por um lado os valores do balanço, diminuiu, por outro os valores das demonstrações de resultados aumentaram. Isto deveu-se a vários fatores que ao longo destes quatro anos se verificaram. Outro fator importante a reter tem a ver com a massa salarial. Assim em 2014 gastou em salários cerca de 1.149.620 euros e em 2017 gastou-se cerca de 1.338.857 euros. Assim verificou-se um aumento de 14 por cento em massa salarial.

Pretende-se com este registo dizer que a Instituição está a seguir um caminho seguro e com futuro. Dar continuidade ao trabalho desenvolvido nos últimos anos, para que todos os meses poderemos fazer face aos compromissos financeiros. Estamos a trabalhar no sentido de conseguir uma estabilidade financeira sustentável de ano para ano pois, só, assim, se consegue fazer um trabalho para por em prática o bom funcionamento da Instituição.

A Instituição tem utilizado, ao longo do tempo, uma prática de realizar orçamentos rigorosos e posteriormente os relatórios das contas com grande sentido de responsabilidade face às conjunturas económicas. A Cercifeira tem a contabilidade organizada utilizando o sistema para as entidades do sector não lucrativo.

A Direção

POLÍTICAS

Missão

A Missão da CERCIFEIRA é promover e acompanhar o desenvolvimento global do ser humano, abrangendo as várias etapas da vida, desde a infância à terceira idade, fomentando a educação, reabilitação e formação, com vista à integração sócio-profissional e apoio social e afectivo dos seus clientes.

Visão

Ser uma organização de referência, sólida e inovadora, no sistema de educação e sócio profissional que promove a inserção social e profissional de grupos com especiais dificuldades, com vista à inclusão na vida social e activa, baseando o seu trabalho na parceria com diferentes stakeholders (clientes, colaboradores, cooperantes, comunidade, estado, outras organizações da sociedade civil, empresários e com a comunicação social)

Valores

O cumprimento da nossa missão assenta no seguinte conjunto de valores e de comportamentos:

- Ética e Respeito pelas pessoas
- Equidade e Igualdade de tratamento
- Qualidade e inovação dos serviços
- Responsabilidade social e ambiental
- Confidencialidade
- Privacidade

Política da Qualidade

A política da qualidade da Cercifeira ao nível da sua atuação assenta nos seguintes macro objectivos, traduzidos e avaliados anualmente nos respectivos planos de actividades da organização:

- Garantir a melhoria contínua;
- Assegurar a satisfação das partes interessadas;
- Assegurar o envolvimento das partes interessadas;
- Garantir a qualidade dos serviços;
- Garantir a inovação e aplicação de novas tecnologias

Luís Carlos Afonso
FDC 3066

Política de Ética e Bem Estar

CERCIFEIRA
Cooperativa para a Educação e Reabilitação
De Cidadãos Inadaptados da Feira. CRL
Rua Dr. Santos Carneiro, 4
4520-221 Santa Maria da Feira
Tel.: 256 374 472 Fax: 256 375 409
Contribuinte n.º 501095 536

A política de ética e bem-estar da CERCIFEIRA assenta em diversas fontes normativas conforme Código de Ética da CERCIFEIRA e conceito de bem-estar.

Aquela política deve ser incorporada pelos colaboradores, no exercício da sua actividade tendo presente os princípios fundamentais de conduta organizacional, adoptando na sua intervenção uma abordagem holística e a prestação de um serviço de qualidade orientado para o cliente.

O Código de Ética é dirigido a todos os intervenientes na organização CERCIFEIRA, de forma a garantir a persecução da missão e valores organizacionais. Nele estão critérios profissionais, princípios e valores que orientam os comportamentos como sendo: Ética e respeito pelas pessoas; Qualidade e inovação dos serviços; Responsabilidade social e ambiental; Confidencialidade; Privacidade; Equidade e Igualdade.

A fim de garantir a adequação dos comportamentos éticos e interacção dos recursos humanos, encontram-se definidos no Manual de Funções as competências, funções e responsabilidades das várias categorias profissionais.

O código de ética foi elaborado e implementado de forma a proteger os clientes de riscos, assegurando a sua dignidade e a promoção de justiça social.

A política de Ética e bem-estar completam-se. O bem – estar é um conjunto de práticas que engloba o bem-estar Físico, Emocional, e Material.

Considerando o Bem-Estar Físico como saúde física, ausência de doenças, e um bom funcionamento metabólico.

Em relação ao Bem-Estar Emocional, está directamente ligado:

- Auto – Conhecimento Emocional (identificar as emoções e a forma como lidar com elas).
- Controle Emocional (capacidade de controlar impulsos e canalizar emoções positivas).
- Auto Motivação (capacidade de se auto motivar diante das frustrações).
- Empatia.
- Desenvolver relacionamentos interpessoais.

Bem – Estar Material: Consiste no conforto material: casa, alimentação saudável, vestuário, água potável ,electricidade ou seja as necessidades materiais tem que estar completas para se conseguir o Bem- Estar Material.

Assim Ética e Bem-Estar reforçam-se mutuamente, resultando numa melhor qualidade de vida para o Ser Humano.

Política de Participação e Inclusão dos Clientes

O modelo de gestão da Cercifeira assume a *Orientação para o Cliente* como referencial. Os nossos clientes são assim chamados a participar ativamente na vida da organização, estando o direito à participação expressamente consagrado na Carta de Direitos e Deveres dos Clientes. A CERCIFEIRA promove ainda a Inclusão Socio-profissional dando ao Cliente um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão e a dificuldade de acesso aos benefícios da vida em sociedade, provocada pelas diferenças de classe social, educação, idade, deficiência, gênero, preconceito social ou preconceitos raciais. Assim, oferece um conjunto de oportunidades diferenciadas para que todos tenham igual acesso a informação, bens e serviços, garantindo a participação igualitária de todos na sociedade. A Política de Participação e Inclusão dos Clientes da CERCIFEIRA procura ser "voz ativa" ao nível da educação, reabilitação e integração sócio profissional do público-alvo, através de uma mediação constante com a comunidade.

Dimensões da participação dos clientes

Participação na elaboração, gestão e avaliação dos processos de intervenção de forma continuada enquanto atores fundamentais dos mesmos

- Participação na gestão da organização, designadamente na avaliação dos produtos e serviços prestados, bem como na organização e avaliação do sistema de funcionamento
- Participação no processo de mobilização dos clientes, no sentido do seu envolvimento e adesão aos programas, atividades e às regras de funcionamento

Mecanismos de participação dos clientes

- Participação na organização, desenvolvimento e execução dos Planos Individuais, através do seu contributo nas escolhas e tomada de decisão sobre os mesmos.
- Contratualização dos objetivos, no sentido de potenciar um maior envolvimento e aumentar a eficácia da prestação de serviços
- Apresentação espontânea de sugestões, elogios e reclamações individualmente ou através do grupo de auto representantes
- Resposta aos questionários da metodologia de avaliação da qualidade dos serviços prestados

A Cercifeira promove a participação e inclusão dos seus clientes a todos os níveis da organização, bem como da comunidade, tornando-os ativos na organização e promovendo a sua capacitação (empowerment) e o exercício da sua cidadania. Este conceito surge como um fenómeno sociológico habitualmente relacionado com grupos socialmente em desvantagem e visa dar-lhes o poder, a liberdade e a informação que lhes permita tomar decisões e participar activamente da organização. O empowerment baseia-se em 4 poderes fundamentais:

- poder de escolha – escolha das actividades, dos objectivos, dos serviços, entre outros;
- poder de opinião – podem manifestar a sua opinião através de sugestões e reclamações, participação em grupos de representantes e de clientes;
- poder de influência – capacidade de serem agentes de mudança em todas as áreas da sua vida;
- poder de intervenção ativa – quer na sua própria vida, quer na vida da organização.

A organização, conjuntamente com outras entidades defende os direitos dos clientes (advocacy), promovendo a igualdade de oportunidades e a inclusão social.

Um dos princípios orientadores da intervenção é a permanente adaptação às características e funcionalidades dos clientes, num processo de melhoria contínua. Esta exigência implica que a Política de Participação seja revista anualmente. Assim, as estratégias de envolvimento e participação dos clientes são escolhidas de acordo com as características funcionais de cada cliente, conforme matriz apresentada no Plano de Participação das Partes Interessadas.

Política de Confidencialidade

A nossa ação norteia-se por princípios de reserva da vida privada, das liberdades, direitos e garantias. A CERCIFEIRA não divulga ou vende os dados dos seus colaboradores e/ ou clientes a outrem, pois todas as informações são confidenciais.

Colaboradores e/ ou clientes têm direito ao acesso, alteração e cancelamento dos seus dados, se assim o desejarem. O acesso à informação é condicionado e monitorizado sempre.

Dos colaboradores esperam-se princípios de reserva, discrição e sigilo profissional, de forma a evitar que sejam divulgados factos e informações que tenham conhecimento no exercício das suas funções.

Política de Prevenção de Maus Tratos e de Abuso Físico, Mental e Financeiro

Esta política inspira-se nos marcos fundamentais de defesa e promoção dos direitos das pessoas “Declaração Universal dos Direitos do Homem”; “Convenção sobre os Direitos das Crianças” e “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”.

A Organização pauta a sua atuação pelo respeito da dignidade de todas as pessoas, assegurando a igualdade de oportunidades na saúde, na educação e na formação, pela identificação de situações de negligência, maus tratos e abusos e o seu devido encaminhamento para as entidades competentes. A Cercifeira assume assim, a responsabilidade de assegurar que existam mecanismos de garantia e de

Luís Carlos Silva
de 30/11

CERCIFEIRA
Cooperativa para a Educação e Reabilitação
De Cidadãos Inadaptados da Feira. CRL
Rua Dr. Santos Gusmão, 4
4520-221 Santa Maria da Feira
T: 256 775 405
F: 256 775 535

controle para reduzir os riscos de negligência, abuso sexual, abuso financeiro, discriminação de clientes, para tal define um procedimento para tratar estas situações e assegurar a rotação regular dos colaboradores perante tarefas mais pesadas ou difíceis, com vista a reduzir o risco de "burnout", ajudando a prevenir desta forma possíveis situações de maus tratos.

Para que fique claro para todas as partes interessadas, a CERCIFEIRA clarifica os respetivos conceitos e sinais de alerta:

- 1. Discriminação:** ato de considerar que certas características que uma pessoa tem são motivos para que sejam vedados direitos que os outros têm. Numa palavra, é considerar que a diferença implica diferentes direitos. (ver Carta de Direitos da CERCIFEIRA nº III)
- 2. Maus Tratos:** qualquer ação ou omissão não acidental, perpetrada pelos pais, cuidadores ou outrem, que ameace a segurança, dignidade e bem-estar biopsicossocial e afetivo da vítima. Existe uma multiplicidade de situações que consubstanciam a prática de maus tratos, os quais podem apresentar diferentes formas clínicas, por vezes associadas: *negligência, mau trato físico, abuso sexual, mau trato psicológico/emocional e financeiro.*

2.1 Negligência: incapacidade de proporcionar à pessoa a satisfação de necessidades básicas de higiene, alimentação, afeto, educação e saúde, indispensáveis para o crescimento, desenvolvimento e bem-estar adequados. Regra geral, é continuada no tempo, pode manifestar-se de forma grave, em que existe prática ou omissão de comportamento do qual resulta a violação de um direito da vítima que seria espectável pelo lesante ou *leve*, quando existe prática ou omissão de comportamento do qual resulta a violação de um direito da vítima sem que o lesante o esperasse (ex. incompetência ou incapacidade dos pais, ou outros responsáveis) **(Quadro 1)**

Quadro 1 - Alguns sinais, sintomas e indicadores de negligência

- Carência de higiene (*tendo em conta as normas culturais e o meio familiar*);
- Vestuário desadequado em relação à estação do ano e lesões consequentes de exposições climáticas adversas;
- Inexistência de rotinas (nomeadamente, alimentação e ciclo sono/vigília);
- Hematomas ou outras lesões inexplicadas e acidentes frequentes por falta de supervisão de situações perigosas;
- Perturbações no desenvolvimento e nas aquisições sociais (linguagem, motricidade, socialização) que não estejam a ser devidamente acompanhadas;
- Incumprimento de recomendações médicas e programas nacionais de saúde próprios a cada caso;
- Doença crónica sem cuidados adequados (falta de adesão a vigilância e terapêutica programadas);
- Intoxicações e acidentes de repetição.

2.2 Mau trato físico: qualquer ação não acidental, isolada ou repetida, infligida por pais, cuidadores ou outros com responsabilidade face à pessoa (vítima), a qual provoque (ou possa vir a provocar) dano físico. Este tipo de maus tratos engloba um conjunto diversificado de situações traumáticas, **(Quadro 2)**.

Quadro 2 - Alguns sinais, sintomas e indicadores de mau trato físico

- Equimoses, hematomas, escoriações, queimaduras, cortes e mordeduras em locais pouco comuns aos traumatismos de tipo acidental;
- Síndrome da criança abanada (sacudida ou chocalhada);
- Alopecia traumática e/ou por postura prolongada com deformação do crânio;
- Lesões provocadas que deixam marca(s) (por exemplo, de fivela, corda, mãos, chicote, régua...);
- Sequelas de traumatismo antigo (calos ósseos resultantes de fratura);
- Fraturas das costelas e corpos vertebrais, fratura de metáfise;
- Demora ou ausência na procura de cuidados médicos;
- História inadequada ou recusa em explicar o mecanismo da lesão pela criança ou pelos diferentes cuidadores;
- Perturbações do desenvolvimento (peso, estatura, linguagem, ...);
- Alterações graves do estado nutricional.

2.3 Mau trato psicológico/emocional: resulta da privação de um ambiente de segurança e de bem-estar afetivo indispensável ao crescimento, desenvolvimento e comportamento equilibrados da pessoa. Engloba diferentes situações, desde a precariedade de cuidados ou de afeição adequados à idade e situação pessoal, até à completa rejeição afetiva, passando pela depreciação permanente da pessoa, bullying, com frequente repercussão negativa a nível comportamental (**Quadro 3**).

Quadro 3 - Alguns sinais, sintomas e indicadores de mau trato psicológico/emocional

- Episódios de urgência repetidos por cefaleias, dores musculares e abdominais sem causa orgânica aparente;
- Comportamentos agressivos (autoagressividade e/ou hetera agressividade) e/ou automutilação;
- Excessiva ansiedade ou dificuldade nas relações afetivas interpessoais;
- Perturbações do comportamento alimentar;
- Perturbações do sono;
- Alterações do controlo dos esfíncteres (enurese, encoprose);
- Choro incontrolável no primeiro ano de vida;
- Comportamento ou ideação suicida.

3. Abuso Sexual: corresponde ao envolvimento de uma criança/adolescente ou pessoa em atividades cuja finalidade visa a satisfação sexual de outra pessoa. Baseia-se numa relação de poder ou de autoridade e consubstancia-se em práticas nas quais a criança/adolescente ou pessoa, em função do estágio de desenvolvimento:

- Não tem capacidade para compreender que delas é vítima;
- Percebendo que o é, não tem capacidade para nomear o abuso sexual;
- Não se encontra estruturalmente preparada;
- Não se encontra capaz de dar o seu consentimento livre e esclarecido.

Frequentemente, o abuso sexual é perpetrado sem que haja qualquer indício físico de que tenha ocorrido, facto que pode dificultar o diagnóstico. Contudo, em algumas situações, é possível identificar sintomas/sinais deste tipo de mau trato (**Quadro 4**).

João Carlos Hoffmann
TCC 366h

CERCIFEIRA
Cooperativa para a Educação e Reabilitação
De Cidadãos Inadaptados da Feira. CRL
Rua Dr. Santos Carneiro, 1
4520-221 Santa Maria da Feira
Tel.: 256 374 472 - Fax: 256 335 405
Contribuinte n.º 501 095 534

Quadro 4 - Alguns sinais, sintomas e indicadores de abuso sexual

- Lesões externas nos órgãos genitais (eritema, edema, laceração, fissuras, erosão, infeção);
- Presença de esperma no corpo ou roupa da pessoa;
- Lassidão anormal do esfíncter anal ou do hímen, fissuras anais;
- Leucorreia persistente ou recorrente;
- Prurido, dor ou edema na região vaginal ou anal;
- Lesões no pénis ou região escrotal;
- Equimoses e/ou petéquias na mucosa oral e/ou laceração do freio dos lábios;
- Laceração do hímen;
- Infeções de transmissão sexual;
- Gravidez.

4. **Abuso Financeiro:** a prática de atos dos quais resultem a perda de bens ou dinheiro, dano financeiro, através de manipulação ou usurpação. A exploração inclui a apropriação de recursos da pessoa lesada por outrem, visando a benefício próprio através de meios desonestos. Do abuso financeiro fazem ainda parte manifestações de bullying, traduzidas em atos de violência física, verbal, expressões e/ ou gestos que implicam a apropriação de bens materiais de outrem sem a sua autorização.

Política de Reconhecimento

A Cercifeira entende os seus recursos humanos como principal motor para a evolução dos serviços prestados. Desta forma entende igualmente que aqueles têm que ser motivados e consequentemente apresentarem-se satisfeitos face a toda a organização.

Foi neste sentido que a instituição decidiu instituir um prémio de reconhecimento aos colaboradores pela sua dedicação e empenho na prossecução dos objetivos organizacionais.

Aquele prémio é atribuído com base em dois fatores: a avaliação de desempenho de cada colaborador e a avaliação da globalidade das valências (efetuada de acordo com o critério da taxa de ocupação e o balanço financeiro de cada uma delas). Desta forma a instituição pensa conseguir contrabalançar alguma carga mais subjetiva que poderá decorrer das avaliações de desempenho (visto que não são os mesmos avaliadores a avaliar todos os colaboradores) com uma componente mais objetiva que resulta do segundo fator atrás enunciado.

Da conjugação dos dois fatores em causa resultará um valor em função do qual será atribuído a cada colaborador uma compensação em tempo.

Ainda dentro do âmbito dos Recursos Humanos a Cercifeira não poderia esquecer os voluntários, aqueles cujo trabalho se situa numa linha de complementaridade face ao desempenho profissional de todos os demais colaboradores da instituição e respetiva atuação. Os voluntários são assim reconhecidos como um dos mais valiosos ativos de qualquer organização.

A Cercifeira traduz esse reconhecimento através da proposta aos cooperantes, na Assembleia Geral onde é apresentado o Relatório anual de contas, da atribuição aos voluntários que exerceram voluntariado na instituição até à altura, a categoria de sócios honorários.

Política de Angariação de Fundos

A Cercifeira, enquanto instituição sem fins lucrativos, tem uma grande dependência financeira do Estado, da qual não quer, nem pode prescindir, mas tem necessidade de aumentar o seu fundo de maneiio, para fazer frente às constantes necessidades de melhoria contínua de forma a servir melhor os seus clientes e a comunidade em geral. Para tal é imperativo recorrer à angariação de fundos. Esta terá que ter uma função cada vez mais estratégica daí que deva ser sempre pensada em função de um tema ou objetivo concreto formulado anualmente ou pelo período que se considere necessário até á concretização do objetivo que lhe deu origem, com as devidas monitorizações. Aquele deverá ser divulgado junto da comunidade envolvente demonstrando a transparência e retidão no trabalho da Cercifeira neste âmbito. O mesmo deverá suceder face aos resultados obtidos e para os quais cada donativo contribuiu. Assim, a Cercifeira reportará resultados e demonstrará ao doador o impacto da sua doação na sustentabilidade financeira da instituição ou na concretização de um objetivo específico. Apresentar o impacto do apoio dado é fundamental para que o doador mantenha esse mesmo apoio.

A angariação de fundos pode assim estar limitada no tempo e ter doadores pontuais mas também pode revestir a angariação de fundos de relação, na qual a instituição mais deve investir. Aqui quer-se garantir uma continuidade na relação doador / instituição para também garantir a continuidade dos donativos. Esta relação deve por isso ser estimada. A instituição deverá preferir várias ofertas de valor continuado em detrimento de donativos únicos de valor elevado.

Neste contexto a Cercifeira deixa de pensar em pedir para pensar em troca e permissão e deixa de pensar em subsidio para pensar em contribuição. Deve, assim, mostrar o seu valor ao eventual doador e escolhê-lo tendo presente os valores e a missão do mesmo.

Juiz Carlos Hoffmann
TOC 3666

Caraterização das respostas sociais

CERCIFEIRA
Cooperativa para a Educação e Reabilitação
De Cidadãos Inadaptados da Feira. CRL
Rua Dr. Santos Carneiro, 4
4520-221 Santa Maria da Feira
Tel.: 256 374 472 - Fax: 256 377 405
Contribuinte n.º 501 095 535

Variante	Total de Vagas Disponíveis	Total de Vagas Ocupadas	Taxa de Ocupação (Nº. 2011/7)
C.R.I	54	54	100%
E.E.E	3	3	100%
F.P.	84	84	100%
C.A.O.	58	60	105%
S.A.D.	30	30	100%
LAR R.	13	13	100%
CRECHE	55	55	100%
CATL	40	27	67,5%
JARDIM	20	34	185%
R.S.I	100 (famílias)	100 (famílias)	100%

4. Monitorização e Medição

Atividades Desenvolvidas

As Principais Atividades Desenvolvidas foram programadas de acordo com os objetivos operacionais do plano de atividades e sucessiva retificação de 2017, tendo como linha orientadora o plano e estratégicos 2016/2018

Liderança

- Melhorar a comunicação interna externa
- Melhorar a comunicação interna entre a chefia de topo e os restantes colaboradores
- Angariar clientes e dar a conhecer à comunidade os serviços
- Manter a certificação pela DGERT do Centro de Formação Profissional
- Realizar Auditoria Externa para renovação do certificado EQUASS Assurance, e para certificar o CRI
- Submeter candidatura ao quadro comunitário para financiamento de ações de formação profissional e informação, avaliação e orientação para a qualificação de dois cursos de dupla certificação
- Aumentar o nº de atividades de angariação de fundos
- Promover a poupança e controle das despesas correntes
- Aplicação de películas térmicas nos vidros do jardim-de-infância em falta; Implementação do elevador na sede (mediante aprovação de candidatura);
- Iniciar a renovação da frota automóvel

Recursos humanos

- Aumentar a média da classificação da AD no critério da iniciativa/Motivação, Responsabilidade e Assiduidade
- Fomentar o espírito de equipa e a Identificação com a organização
- Desenvolver ações de formação interna ao longo do ano de acordo com o levantamento relatório do diagnóstico de necessidades de formação

Direitos

- Dinamizar a participação dos clientes na gestão da organização e na revisão dos programas, metodologias e instrumentos técnicos
- Dinamização do grupo de Auto - Representantes
- Garantir que o cliente realize prática em contexto de trabalho
- Manter o número de clientes já integrados em estruturas de atendimento

Ética

- Reduzir o nº de reclamações por violação do Código de Ética

Parecerias

- Estabelecer novas parcerias com empresas para formação em contexto de trabalho
- Manter parcerias formais existentes
- Manter a filiação na Fenacerci e ANDDI
- Acolhimento de estagiários na organização

Participação

- Aumentar o envolvimento dos clientes e colaboradores na definição de objetivos sectoriais e organizacionais

Orientação para o cliente

Ji Carlos H. F. M.
TVE 3066

- Aumentar o envolvimento dos clientes e colaboradores na definição de objetivos setoriais e organizacionais e fazer cumprir os seus direitos

Abrangência

- Obter mais vagas financiadas pela Segurança Social nas respostas sociais de Lar e Jardim-de-infância (sujeito a aprovação do alargamento dos acordos)
- Obter acordo para abrir mais uma resposta social: residência autónoma
- Obter a certificação de mais uma resposta social
- Promover a organização e divulgar boas práticas
- Promover envolvimento com os significativos, colaboradores, clientes e organização

Orientação para os resultados

- Promover a sustentabilidade da Organização;

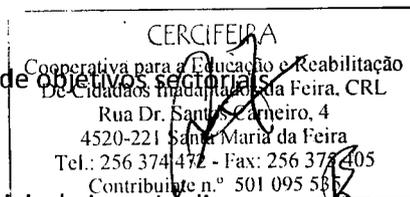
Melhoria contínua

- Diminuir o nº de ações corretivas
- Diminuir o nº de ações preventivas
- Avaliar a satisfação das partes interessadas
-

Para o ano 2016 os resultados das atividades desenvolvidas encontram-se devidamente especificados no quadro anexo a este documento (resultados do plano de atividades 2016).

5. Relatório de Desempenho das Valências relativas a 2017

Valências	Lista de espera	Nº de reclamações	Nº de entradas de clientes	Nº de saídas de clientes	Avaliação Satisfação Clientes
LAR	15	0	1	0	90% Bom/sim
CAO	7	4	0	1	94% Bom/Sim
SAD	0	2	17	11	85% Bom/sim
EEE	N/A	0	1	1	92% Bom/sim
PSI (Sonho)	28	1	22	12	85% Bom/sim
CRI	N/A	0	13	14	88% Bom/sim
FOR	35	0	0	21	87% Bom/sim
RSI	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A



6. Avaliação da Satisfação das Partes Interessadas

As atividades relacionadas com a avaliação do grau de satisfação das partes interessadas consistiram na aplicação de questionários aos clientes e significativos parceiros/entidades reguladoras e colaboradores.

Os questionários permitiram a exploração das respostas junto das partes já identificadas e a metodologia adotada baseou-se nos dados dos questionários para estimar um conjunto de modelos de satisfação do público-alvo.

De seguida apresentamos de forma genérica os resultados:

6.1.1 Avaliação da Satisfação dos Clientes

O questionário de satisfação dos clientes foi aplicado às valências CAO, FOR e PSI (5 anos e ATL). Os questionados foram convidados a dar a sua opinião, entre o Bom/Sim, Mau/Não, Não Sei e Não se Aplica. Foram ainda chamados a responder os clientes do SAD e os clientes do CRI, com um questionário próprio devido à especificidade dos serviços prestados, estes com uma escala de 1 a 5 que varia entre o Totalmente Satisfeito ao Nada Satisfeito, podendo ainda responder nas categorias Não sei e Não se aplica.

No seu todo foram aplicados 121 questionários a clientes da CERCIFEIRA nas respostas sociais: CAO, FOR, CRI, PSI e SAD, o que equivale a 57,6% dos seus clientes. Uma vez que os clientes das valências Creche, LAR e EEE não tinham capacidade de preenchimento do questionário, este ano não tivemos qualquer resposta destas valências. A amostra reduz-se aqueles que são capazes de o fazer. Em relação ao ano passado há um acréscimo de respostas (11,6%).

Uma vez que aqueles questionários variam no seu conteúdo consoante a resposta social, a presente análise foi feita com base na perspetiva geral dos resultados. No caso dos questionários que têm 5 graus de opinião, foi feito o somatório dos níveis positivos registando no BOM/SIM e o somatório dos níveis negativos no MAU/NÃO, para desta forma ser possível uma análise geral de todos os clientes.



Li Paulo H. F. M.
TOE 3644

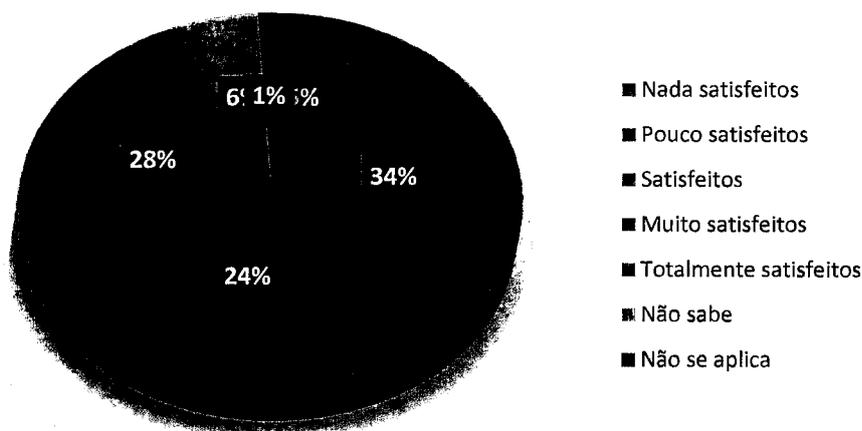
6.1.2 Avaliação da Satisfação dos Significativos

Dos questionários distribuídos pelas diferentes respostas sociais, foram obtidas 168 respostas que corresponde a cerca de 69,4% dos inquiridos. Foram inquiridos todos aqueles que têm alguma responsabilidade oficial pelos clientes do CAO, EEE, PSI, LAR, FOR e SAD (só aqueles cujos clientes não conseguem preencher autonomamente o questionário).

De uma forma geral os significativos estão satisfeitos (34%), prevalecendo este nível de satisfação pois encontram-se totalmente satisfeitos (28%) ou muito satisfeitos (24%) com a organização. Continua a haver uma curva crescente de satisfação dos significativos, desta vez com um aumento de 3 pontos percentuais em relação ao ano anterior contabilizando os 3 níveis positivos da escala.

CERCIFEIRA
Cooperativa para a Educação e Reabilitação
De Cidadãos Inadaptados da Beira - CRL
Rua Dr. Santos (Avenida)
5200-291 Santa Rita da Beira
Tlx 256 374 479 Fax 256 375 405
Contribuinte n.º 501 025 535

Prespetiva Geral Significativos

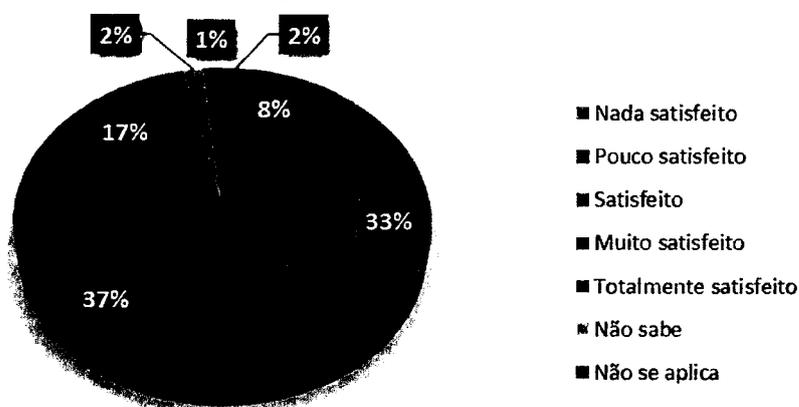


6.1.3 Avaliação da Satisfação dos Colaboradores

Dos questionários distribuídos por todos os colaboradores da CERCIFEIRA foram obtidas 86,3% de respostas, mais 7,2% de respondentes que o ano passado.

De uma maneira geral 87% dos colaboradores estão no mínimo satisfeitos para com a CERCIFEIRA. Relativamente ao ano passado, há um ligeiro decréscimo (1%) de satisfação dos colaboradores da CERCIFEIRA, mantendo a tendência do ano passado. Ainda assim, prevalece o nível Muito satisfeito com 37%, logo seguido pelo satisfeito com 33% das respostas.

Perspetiva Geral



6.1.4 Avaliação da Satisfação das Entidades Financiadoras/Parceiros/Fornecedores

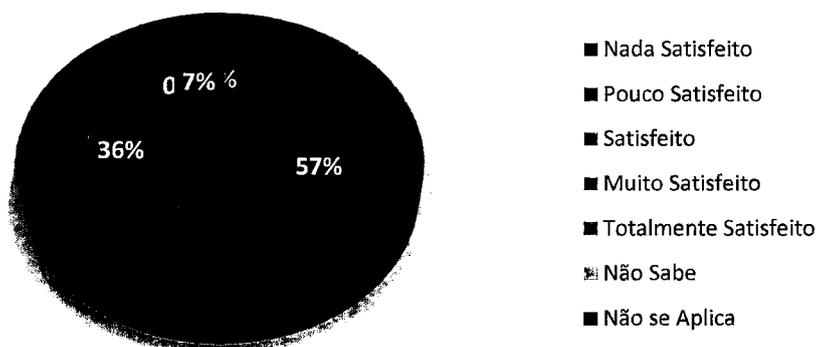
No que diz respeito às entidades financiadoras, Segurança Social, IEFP e Ministério da Educação, só a Segurança Social enviou as respostas ao questionário. Contudo quisemos levá-lo em conta uma vez que esta é a entidade que financia e regula a maioria das respostas sociais da Instituição.

Analisando este questionário, podemos dizer que a Segurança Social se encontra muito satisfeita com a Cercifeira. Houve um claro efeito centralizador nas respostas de nível 4 (57%), verificando-se por isso uma evolução positiva face ao ano anterior onde prevalecia o nível 3 ("satisfeito"). Não houve qualquer resposta abaixo deste nível. Do somatório das respostas em "muito e totalmente satisfeito" resultou um valor de 93%. Os 7% sobrantes recaíram na resposta "não se aplica" quando se pedia a opinião sobre a existência de reuniões periódicas entre o financiador e os responsáveis pela organização.

Onde as opiniões foram mais positivamente vincadas ("totalmente satisfeito") foi na questão nº 3 ("As relações com a organização são reguladas por um contrato ou acordo de serviços"); nº 11 ("A Organização é um serviço respeitado pela comunidade") e nº 12 ("Todas as questões existentes com a Organização foram, resolvidas a bem e atempadamente").

A Segurança Social conhece a Missão, Visão e Valores da Cercifeira.

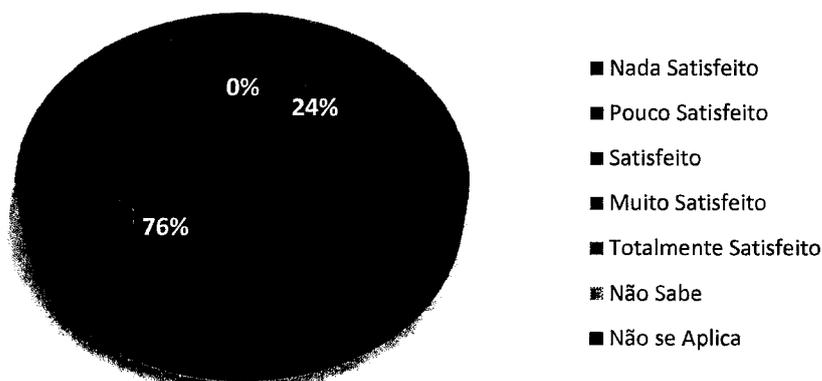
Perspetiva Geral Financiadores



Resultados da Avaliação da Satisfação dos Parceiros da CERCIFEIRA

De forma avaliar o grau de satisfação dos parceiros com a Cercifeira foi solicitado aos 36 parceiros que respondessem ao inquérito de satisfação, sendo que corresponderam a esse pedido 20. Contabilizando os níveis positivos de satisfação podemos dizer que a satisfação dos parceiros manteve-se no Totalmente Satisfeito (76%) e Muito Satisfeito (24%) .

Perspetiva Geral Parceiros



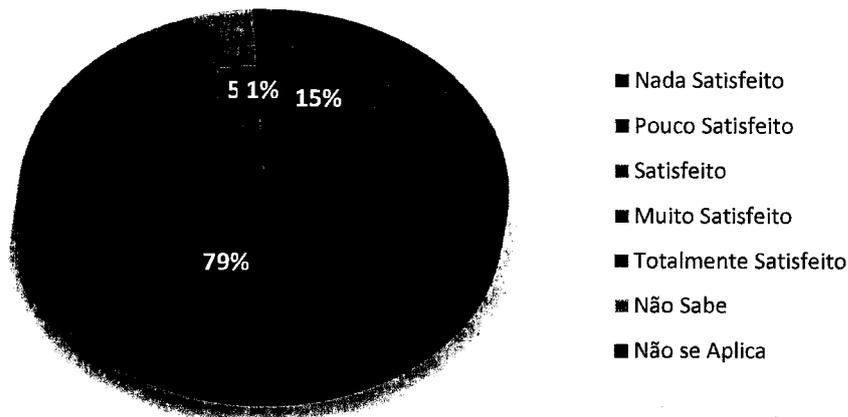
Resultados da Avaliação da Satisfação dos Fornecedores da CERCIFEIRA

No gráfico estão representadas as percentagens globais de satisfação dos fornecedores relativamente ao ano transato.

Um dos procedimentos a realizar no Processo de Gestão de Melhoria é medir a satisfação dos fornecedores da instituição. É extremamente importante conhecer os níveis de satisfação dos nossos fornecedores em termos globais e dentro dos vários subgrupos de questões aplicadas.

Tendo como objetivo saber qual o grau de satisfação dos fornecedores, foi implementado um questionário para aferir essa mesma situação denominado por "Questionário da Satisfação dos fornecedores". Estes foram enviados a todos os parceiros por carta ou entregue pessoalmente e apenas um deles não respondeu de 17

Perspetiva Geral Fornecedores



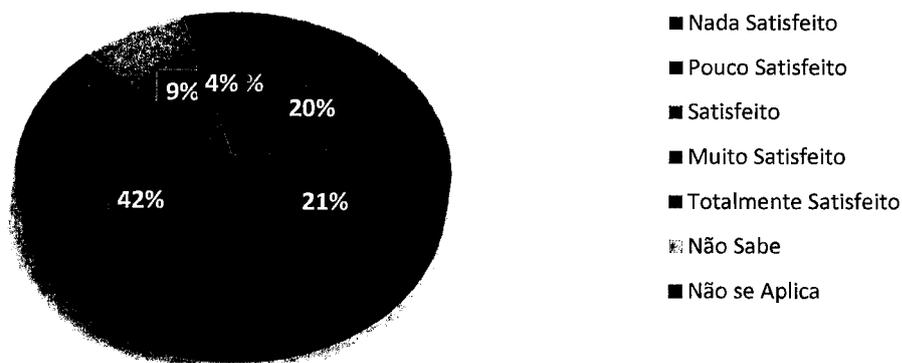
6.1.5 Avaliação da Satisfação dos voluntários/ Estagiários

O questionário foi entregue, para o devido preenchimento, a 4 Voluntários/Estagiários da Cercifeira foram preenchidos e entregue à Responsável pelo Voluntariado da Organização para efetuar o devido tratamento.

O questionado foi convidado a dar a sua opinião, numa escala de 1 a 5, equivalente ao continuum de "nada satisfeito" até ao "totalmente satisfeito". Tinha ainda a possibilidade de responder "não sei" ou "não se aplica".

Do total das respostas dadas pode-se afirmar que estas se concentraram no nível 5 "Totalmente Satisfeito", "Muito Satisfeito" e "Satisfeito" como o demonstra a tabela e gráfico a seguir.

Voluntários/Estagiários



1 – IDENTIFICAÇÃO

"CERCIFEIRA - COOPERATIVA EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INDAPTADOS DA FEIRA CRL é uma cooperativa com sede na Rua Dr. Santos Carneiro, 4, em Santa Maria da Feira, Portugal, tendo sido constituída em 24/06/1980. A CERCIFEIRA, CRL é uma Instituição de solidariedade social.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Instituição opera, logo a moeda funcional.

É opinião do Conselho fiscal que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Cercifeira CRL, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referencial contabilístico

"As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas, que lhes são aplicáveis, que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), os quais são designados genericamente por NCRF. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas o Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de Julho, a estrutura conceptual do SNC (Aviso nº15652/2009); os Modelos de Demonstrações Financeiras (portaria nº986/2009), o Código de Contas (Portaria nº1011/2009) e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) (Aviso nº 15655/2009) e as Normas Interpretativas (Aviso nº 15653/2009). Na sequência do decreto lei nº 36-A/2011 que define as regras simplificadas de contabilidade para as micro entidades/microempresas e entidade sem fins lucrativos, nomeadamente as IPSS, foram publicadas as seguintes portarias. Portaria nº 105/2011 que aprova os modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do sector não lucrativo e a portaria nº 106/2011 que aprova o código de contas específico para as entidades do sector não lucrativo.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

"As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados.

Adoção pela primeira vez das NCRF

As demonstrações financeiras da CERCIFEIRA, CRL foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) a partir do exercício de 2010. Até 31 de Dezembro de 2009, a CERCIFEIRA, CRL apresentava demonstrações financeiras de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, segundo o Plano Oficial de Contas das IPSS, Diretrizes Contabilísticas e outras legislação complementar, cuja revogação foi efectuada pelas NCRF.

De acordo com a NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, uma entidade deve preparar um balanço de abertura de acordo com as NCRF na respectiva data de transição, sendo este o ponto de partida da sua contabilização.

Assim, na preparação do balanço de abertura de acordo com as NCRF, no que respeita à informação comparativa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a CERCIFEIRA, CRL ajustou os montantes reportados que haviam sido preparados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Princípios de consolidação

Conforme previsto na NCRF 14 as presentes demonstrações financeiras incorporam os resultados de concentrações de actividades empresariais usando o método de compra. Os activos, passivos e passivos contingentes adquiridos são reconhecidos ao seu justo valor na data da concentração. "

Imparidade de activos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos. Sempre que o montante pelo qual o activo se

Ji Carlos H. J. J.
TOC 3644

CERCIFEIRA
Relatório de Gestão para Educação e Reabilitação
De Cidadãos Inadaptados da Feira, CRL
Rua Dr. Santos Carneiro, 4
4520-221 Santa Maria da Feira
Tel.: 256 374 472 - Fax: 256 375 465
Contribuinte n.º 501 095 535

1 – IDENTIFICAÇÃO

"CERCIFEIRA - COOPERATIVA EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INDAPTADOS DA FEIRA CRL é uma cooperativa com sede na Rua Dr. Santos Carneiro, 4, em Santa Maria da Feira, Portugal, tendo sido constituída em 24/06/1980. A CERCIFEIRA, CRL é uma Instituição de solidariedade social.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Instituição opera, logo a moeda funcional.

É opinião do Conselho fiscal que as mesmas reflectem de forma fidedigna as operações da Cercifeira CRL, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referencial contabilístico

"As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas, que lhes são aplicáveis, que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), os quais são designados genericamente por NCRF. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas o Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de Julho, a estrutura conceptual do SNC (Aviso nº15652/2009); os Modelos de Demonstrações Financeiras (portaria nº986/2009), o Código de Contas (Portaria nº1011/2009) e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) (Aviso nº 15655/2009) e as Normas Interpretativas (Aviso nº 15653/2009). Na sequência do decreto lei nº 36-A/2011 que define as regras simplificadas de contabilidade para as microentidades/microempresas e entidade sem fins lucrativos, nomeadamente as IPSS, foram publicadas as seguintes portarias. Portaria nº 105/2011 que aprova os modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do sector não lucrativo e a portaria nº 106/2011 que aprova o código de contas específico para as entidades do sector não lucrativo.

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

"As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados. Adopção pela primeira vez das NCRF

As demonstrações financeiras da CERCIFEIRA, CRL foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) a partir do exercício de 2010. Até 31 de Dezembro de 2009, a CERCIFEIRA, CRL apresentava demonstrações financeiras de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, segundo o Plano Oficial de Contas das IPSS, Directrizes Contabilísticas e outras legislação complementar, cuja revogação foi efectuada pelas NCRF.

De acordo com a NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, uma entidade deve preparar um balanço de abertura de acordo com as NCRF na respectiva data de transição, sendo este o ponto de partida da sua contabilização.

Assim, na preparação do balanço de abertura de acordo com as NCRF, no que respeita à informação comparativa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a CERCIFEIRA, CRL ajustou os montantes reportados que haviam sido preparados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Princípios de consolidação

Conforme previsto na NCRF 14 as presentes demonstrações financeiras incorporam os resultados de concentrações de actividades empresariais usando o método de compra. Os activos, passivos e passivos contingentes adquiridos são reconhecidos ao seu justo valor na data da concentração. "

Imparidade de activos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos. Sempre que o montante pelo qual o activo se

encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

"Activos fixos tangíveis

"Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende (i) o seu preço de compra, (ii) quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida e; (iii) sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Conforme permitido pela NCRF 3, a 1 de Janeiro de 2009, a CERCIFEIRA, CRL:

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

"As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável de um activo é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

"As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gasto.

"As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

"Caixa e equivalentes de caixa

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses), altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor."

"Instrumentos de capital próprio

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio, quando o mesmo evidencia um interesse residual nos activos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital próprio são registados como uma dedução ao valor da emissão.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidas como um passivo e debitadas directamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelos accionistas.

"Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Ji Paul H. J. m

TDC 36hh

"Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com a especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transacções são facturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

Vendas de bens

"O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber. "

Prestação de serviços

"O rédito associado com uma transacção que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transacção possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

(i) a quantia de rédito seja fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Instituição; (iii) a fase de acabamento da transacção à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção sejam fiavelmente mensurados."

"Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras foram adoptados certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumções realizadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras.

"- Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis: a determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de amortização, é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Direcção para os activos e negócios em questão.

"Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras."

1 - Fluxos de caixa

Existem saldos de caixa e seus equivalentes de 323.924,32 euros.

VALORES EM
EUROS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		323.289,41	58.862,53
Pagamentos a fornecedores		-330.251,93	-296.179,23
		-	-
Pagamentos ao pessoal		1.510.694,30	-1.272.329,72
		-	-
Caixa gerada pelas operações		1.517.808,80	-1.509.646,42
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-434.142,96	-322.665,82
Outros recebimentos/pagamentos		2.283.975,95	1.805.724,64
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		332.024,19	-26.587,60
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-110.802,83	-106.132,71
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-110.802,83	-106.132,71
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2)			
		221.221,36	-132.720,31
Caixa e seus equivalentes no início do período		544.841,72	412.121,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período		323.924,32	544.841,72

2 - CCMV

"Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016, o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas é assim decomposto:

	2016	2017	2016/2017	saldo
custos mercadorias vend e cons	105.747,49 €	113.328,61 €	8%	7.581,12 €

3 - Capital

"O capital da CERCIFEIRA, CRL tem a seguinte composição:

Pela legislação comercial em vigor, a reserva legal terá de ser reforçada em cada exercício, pelo mínimo de 5% do resultado líquido do exercício, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da CERCIFEIRA, CRL, mas poderá ser utilizada na absorção de prejuízos caso esgotadas as outras reservas ou poderá ser incorporada no capital.

fr Paulo Higino
TOC 36hh

Fundo Social	saldo inicial	aplicação dos resultados	Outros movimentos	Resultados do exercício	saldo final
Capital Social	15.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	15.000,00 €
Reserva Legal	7.251,23 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7.251,23 €
Reservas Livres	89.783,62 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	89.783,62 €
Reservas Estatutárias	216.055,07 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	216.055,07 €
Resultados transitados	944.055,67 €	-53.894,21 €	0,00 €	0,00 €	890.161,46 €
Resultados liquido do exercicio	-53.894,21 €	53.894,21 €	0,00 €	1.769,37 €	1.769,37 €
Outras variações Capital Social	81.900,00 €	0,00 €	-5.850,00 €	0,00 €	76.050,00 €
total	1.300.151,38 €	0,00 €	-5.850,00 €	1.769,37 €	1.296.070,75 €

4 - Vendas e serviços prestados

"As vendas e prestações de serviços são assim decompostas:

rendimentos - vendas/prest de serviços	2016	2017	%	saldo
CATL	32.351,06 €	40.091,47 €	23,9%	7.740,41 €
Jardim de Infância	84.433,91 €	78.010,30 €	-7,6%	-6.423,61 €
Extra valencias	9.632,10 €	1.321,62 €	-86,3%	-8.310,48 €
Formação	12.457,84 €	9.159,50 €	-26,5%	-3.298,34 €
Lar Residencial	30.999,99 €	26.306,18 €	-15,1%	-4.693,81 €
CAO	73.790,63 €	76.334,39 €	3,4%	2.543,76 €
SAD	31.851,78 €	38.388,80 €	20,5%	6.537,02 €
Creche	71.061,59 €	68.252,16 €	-4,0%	-2.809,43 €
TOTAL	346.578,90 €	337.864,42 €	-2,5%	

6 - Gastos com o pessoal

"No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica gastos com o pessoal:

	2016	2017	2016/2017	Saldo
gastos com Pessoal	1.272.329,72 €	1.338.857,36 €	5,2%	66.527,64 €

7 - Gastos / reversões de depreciação e de amortização

descrição	SALDO INICIAL	Aumentos	Alienações	Transf.	SALDO FINAL
Terrenos e recursos naturais	470.565,47 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	470.565,47 €
Edifícios e outras construções	1.427.477,84 €	4.446,45 €	0,00 €	0,00 €	1.431.924,29 €
Equipamaneto básico	487.821,93 €	22.799,70 €	0,00 €	0,00 €	510.621,63 €
Equipamaneto transporte	378.041,33 €	37.517,41 €	0,00 €	0,00 €	415.558,74 €
Equipamaneto administrativo	113.297,35 €	6.912,96 €	0,00 €	0,00 €	120.210,31 €
Outros activos tangíveis	82.013,19 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	82.013,19 €
Activo tangível bruto	2.959.217,11 €	71.676,52 €	0,00 €	0,00 €	3.030.893,63 €
Activo intangível	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
depreciações acumuladas	2.177.003,34 €	-25.912,72 €	-25.083,24 €	0,00 €	2.126.007,38 €
Activo tangível líquido	782.213,77 €	-25.912,72 €	-25.083,24 €	0,00 €	904.886,25 €

8 - Juros e rendimentos similares obtidos e Juros e gastos similares suportados

"Os juros e rendimentos similares obtidos são assim decompostos:

Gastos e perdas de financiamento

gastos	2017	2016	Rendimentos	2017	2016
Juros suportados	0,00 €	0,00 €	Juros obtidos	0,00 €	0,00 €
Outros gastos e perdas	199.982,42 €	108.814,72 €	Outros proveitos e ganhos financeiros	141.370,88 €	107.391,11 €
Gastos e perdas de financiamento	-58.611,54 €	-1.423,61 €		0,00 €	0,00 €
	141.370,88 €	107.391,11 €		141.370,88 €	107.391,11 €

Li Paul Hoffm
TCC 3644

9 - Instrumentos financeiros

"As quantias mensuradas de activos e passivos financeiros em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2017 de acordo com as diversas formas de mensuração, descritas nas políticas contabilísticas, são as seguintes:

Balço individual em 31 de Dezembro de 2017

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31-12-2017	31-12-2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		879.803,01	944.012,56
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		25.083,24	0,00
Activos biológicos		0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00
		904.886,25	944.012,56
Activo corrente			
Clientes		4.279,99	3.006,86
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Outras contas a receber		349.183,88	0,00
Diferimentos		0,00	21.906,77
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		323.924,32	544.841,72
		677.388,19	569.755,35
Total do activo		1.582.274,44	1.513.767,91
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio		15.000,00	15.000,00
Reservas legais		97.034,85	97.034,85
Outras reservas		216.055,07	216.055,07
Resultados transitados		890.161,46	944.055,67
Outras variações no capital próprio		76.050,00	81.900,00
		1.294.301,38	1.354.045,59
Resultado líquido do período		1.769,37	-53.894,21
Interesses minoritários		0,00	0,00
Total do capital próprio		1.296.070,75	1.300.151,38
Passivo			
Passivo não corrente		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		35.165,00	19.895,96
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		55.740,65	59.183,70
Financiamentos obtidos		4.260,02	5.889,82
Outras contas a pagar		191.038,02	128.096,28
Diferimentos		0,00	550,77
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		286.203,69	213.616,53
Total do passivo		286.203,69	213.616,53
Total do capital próprio e do passivo		1.582.274,44	1.513.767,91

"Os rendimentos e gastos dos activos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 de acordo com as diversas formas de mensuração descritas nas políticas contabilísticas são assim decompostos:

Demonstração individual dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		31-12-2017	31-12-2016
Vendas e serviços prestados		339.692,58	346.578,90
Subsídios à exploração		1.432.086,37	1.392.942,55
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas empreendimentos		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-113.328,61	-105.747,49
Fornecimentos e serviços externos		-266.945,35	-307.493,41
Gastos com o pessoal		-1.338.857,36	-1.272.329,72
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		199.982,42	107.391,11
Outros gastos e perdas		-140.147,85	-108.614,72
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		112.482,20	52.727,22
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-110.802,83	-106.132,71
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis perdas/reversões		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.679,37	-53.405,49
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	-488,72
Resultado antes de impostos		1.679,37	-53.894,21
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		1.379,37	-53.894,21